

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, sob a Presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. Joana Aruil, 1ª Secretária e pelo Sr. Paulo Nogueira, 2º Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

**II. Período de Intervenção do Público**

**III. Ordem do Dia**

**Ponto Um** – Informação da Atividade da Junta de 01/06 a 31/08/2019

**Ponto Dois** – Autorização Prévia Genérica Prevista na Lei dos Compromissos

**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** Na bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), a eleita Ângela Bordalo foi substituída pela Sra. Isabel Maria Rodrigues Pato; na bancada do Partido Socialista (PS) a eleita Carina Correia foi substituída pelo Sr. Pedro Fernandes, o eleito Pedro do Canto foi substituído pelo Sr. João Tremoço.

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

**Mesa:**

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Joana Aruil (CDU), 1ª Secretária
- Paulo Nogueira (CDU), 2º Secretário

**Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)**

- Paulo Basílio
- Helena Freitas
- Isabel Pato
- Ana Margarida Penedo

**Bancada do Partido Socialista (PS)**

- Bruno Cordeiro
- Ana Catarina Necho
- Pedro Fernandes
- João Tremoço

**Bancada do Bloco de Esquerda (BE)**

- Lina Batista

**Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)**

- Célia Duarte

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

- **Bancada da CDU:** Não aplicável
- **Banda do PS:** Não aplicável
- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do BE:** Não aplicável

- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

**O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:**

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Paulo Antunes (Tesoureiro)
- Jorge Cipriano (Vogal)

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:**

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas presentes no público).

O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** (PMAF), Fábio Mousinho Pinto, deu início aos trabalhos, informando que era do conhecimento de todos os eleitos que no sentido de haver uma melhoria no trabalho de elaboração das atas, resultante das reuniões da Comissão respectiva, existindo para o efeito uma proposta de ata, para que todos os partidos se pudessem pronunciar, no sentido de ir ao encontro daquilo que era pretendido, seria oportunamente divulgado a todos um exemplo de uma minuta da ata, para que em conjunto com a ata da presente sessão fossem analisadas e votadas na última sessão do presente ano. Por essa razão não havia na presente sessão, atas à votação. Questionou se alguma bancada tinha alguma questão sobre o assunto, não havendo intervenções. Pediu à 1ª Secretária, Joana Aruil, que procedesse à leitura da correspondência recebida, referida na listagem anexa à presente Ata.

-----  
**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**  
-----

Depois das respectivas inscrições dos eleitos, o Sr. **PMAF** deu a palavra às seguintes intervenções:

**Célia Duarte do CDS-PP** cumprimentou todos os presentes. As suas primeiras palavras eram de gratidão para com a ABVV pelo trabalho abnegado que mais uma vez tinham tido, na defesa de pessoas e bens, principalmente durante a vaga de incêndios que tinha assolado a Freguesia, nos passados meses de Julho e Agosto, tendo sido chamados 24 vezes para este tipo de ocorrência. Destas situações resultaram ferimentos em 5 bombeiros, aos quais desejava bom restabelecimento. Assinalava ainda o fato de as novas instalações terem dado um excelente apoio logístico, nomeadamente nas refeições. Referiu ainda que em Março passado aquando da constituição das equipas da intervenção permanente, nas quais o MAI pagava 50% do valor, o CDS-PP manifestou-se contra o modo como as mesmas foram constituídas, sendo atribuídas só às cidades do Concelho e das quais por conseguinte e na sua perspectiva, mal, tinham ficado afastados desta atribuição a ABVV. Assentavam esta sua posição em realidades, por terem a mais preciosa mancha florestal do Concelho, a Mata do Paraíso e a extensa área de mata ocupada por entidades fabris e de logística, que a tornavam na maior zona industrial do Concelho. Não podiam aceitar que o Comandante da Proteção Civil fosse, em simultâneo, Comandante de uma Corporação do Concelho, até porque podia deixar pairar dúvidas de imparcialidade nas escolhas operacionais, quando passava informação ao executivo municipal, para este tomar decisões. Colocou as seguintes questões ao Sr. PJFV, sobre o mau estado em que se encontravam os passeios e do perigo que oferecia para a mobilidade das pessoas. Desde então muito pouco tinha sido feito.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

Questionou sobre o estado da limpeza das ruas, sendo mais grave, quando se afastava do centro da Freguesia. A Fonte Santa chegava ao abandono total, passeios cheios de mato, os moradores para terem acesso ao contentor do lixo tinham de desviar-se dos arbustos, concluindo que na Fonte Santa, também morava gente. O Sr. PJFV tinha dito que tinha 25 funcionários dedicados à varrição, não sabia se eram suficientes para fazer uma limpeza aceitável, em toda a Freguesia, quanto a si parecia-lhe que não, mas tinha a ver com gestão e opções, porque o Sr. PJFV aquando da transferência de competências da CM para a FV, tinha recebido uma verba extra, para investir em algo que visse necessário, para a Freguesia de Vialonga e tinha dito que iria utilizar esta verba para adquirir um trator. Questionou se tinha concretizado ou não esta compra. Faria mais sentido se adquirisse uma máquina varredora, para a limpeza em toda a Freguesia. Gerir era optar e achava que tinha feito uma má escolha, ao não mecanizar a limpeza das ruas. Referia de novo o buraco na Rua Melo Antunes, que continuava por tapar. Sabia que iria continuar a obra dos SMAS na rua 25 de Abril e questionava o Sr. PJFV se a Rua iria ser repavimentada, aquando da conclusão das obras ou se iria ficar como a Rua 1º de Maio, pois tinham terminado a obra com o pavimento completamente destruído. Questionou se estavam a pensar resolver o problema da vala na Rua João de Deus. Quanto às obras da rotunda da presa perguntou se era mais uma obra inacabada. Voltava a falar da Mata do Paraíso e das caixas enormes a céu aberto e perguntou se era possível colocar ali um aviso de perigo para a circulação de pessoas e de veículos, de forma a impedir o acesso, evitando despejos de lixo no local. Não bastava a limpeza que os Escuteiros faziam, havia no local sacas de material de construção. Questionou sobre a limpeza das sargetas cheias e entupidas. As passadeiras não tinham sido repintadas e gostava de saber se não tinham manutenção. Com o início do ano lectivo e a entrada em funcionamento do novo quartel, voltava a insistir sobre a situação da passadeira na Rua Otávio Pato. Quanto a acidentes por falta de sinalização adequada, era melhor que apresentassem queixa no Ministério Público, pedindo responsabilidade criminal por inércia ou negligência da entidade responsável.

O Sr. **PMAFV** informou entretanto ter sido recebido na MA duas Moções uma da bancada do CDS-PP cujo título era “**Por um Serviço de urgência Básica em Vialonga**” e uma da bancada da CDU sobre “**Vialonga precisa de passeios pedonais com segurança**”.

**Paulo Basílio da CDU** cumprimentou todos os presentes e apresentou 2 questões: 1ª tinha a ver com a significativa melhoria quanto à recolha dos monos sendo agora rara a semana em que via tantos monos depositados, por tanto tempo, como quando era da responsabilidade da CMVFX por isso louvava os próprios trabalhadores da JFV, por todo o esforço que tinham vindo a desenvolver. Questionou o Sr. PJFV se sabia qual o motivo, após tanta insistência, porque o arranjo da rotunda na Variante, junto ao Pingo Doce, tinha sido iniciado. Pensava que aquilo que lá estava não era o projecto final, algo se estava a passar quanto a este tipo de obras e pediu ao Sr. PJFV que quando fosse à AM perguntasse ao executivo da CMVFX se para uma simples rotunda numa Variante, demorava tanto tempo a ser iniciada e a ser concluída, talvez houvesse a explicação como é que as famosas áreas urbanas de génese ilegal, as AUGIS, estavam ao abandono, havia décadas, por concluir. Porque é que os programas de reabilitação urbana no Parque Residencial e do Bairro Nascente do Cabo estavam por concluir e já não mencionava as famosas piscinas prometidas para Vialonga, que com o executivo camarário do PS não seria concretizado. Não fazia sentido o porquê da FV ter tantos problemas, por parte do executivo da CMVFX, para que vissem simples melhorias começarem e finalizarem, num curto espaço de tempo, mais que razoável.

O Sr. **PJF** cumprimentou todos os presentes, respondeu que estava completamente de acordo com a eleita Célia Duarte do CDS-PP quando dizia que na Fonte Santa também havia gente. Quando iniciaram o presente mandato tinha sido explicado na AF, que a CM dava à JFV uma verba de 3.000€ por ano, para fazer a desmatização nos passeios da Fonte Santa, 3 vezes por ano. A JFV

### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019**

considerou que não tinha capacidade para fazer essa limpeza e portanto o Sr. PCMVFX achou que a CM teria essa capacidade e retirou à JFV essa responsabilidade. Atualmente toda a desmatação dos passeios da Fonte Santa, eram da responsabilidade da CMVFX. Iria reportar essa situação ao Sr. PCMVFX. Relativamente à limpeza das sargetas, a JF já tinha iniciado essa tarefa e até meados do mês seguinte, iria concluir a limpeza de todas as sargetas na FV, com a colaboração dos SMAS, utilizando a agulheta para o desentupimento de algumas sargetas. Relativamente à vala da Rua João de Deus, tinha ficado combinado com a CM, que a empresa que andava a fazer a reparação das obras da Rua 25 de Abril e junto à GNR também iria fazer a reparação da vala, inserido neste projecto. À pergunta colocada sobre se a CMVFX iria repavimentar as ruas após as obras concluídas, o Sr. PJF respondeu que supostamente o executivo camarário ao fazer a obra, iria concluí-la a bom porto. Sobre as ervas nos passeios, a lei não permitia a aplicação do herbicida que era usual, criando uma situação, que era o arrancar ervas aqui e acolá. A JF possuía um quadro com 25 pessoas na varrição, mas era pouco e tinham sido criticados por algumas bancadas, na AF, porque diziam que a JF não deveria de gastar 70% do seu orçamento, com pessoal. Ou tinham mais pessoal para fazer a varrição e outros serviços, ou não gastavam o dinheiro. O pessoal que tinha não chegava para uma Freguesia, com a dimensão e as características da FV. Quanto à passadeira da Rua Otávio Pato, também estava de acordo quanto ao perigo que oferecia, havendo um compromisso da CMVFX que logo que fizesse a colocação do último tapete, faria a pintura de passadeiras e a colocação de lombas. Contava que em 2019 a repavimentação, a pintura de passadeiras e colocação de lombas, fosse concluída numa urbanização, com quase em 20 anos. Quanto à AUGI junto à Mata do Paraíso, tinham parado com as obras, por situação de insolvência da empresa de construção. A mão alheia veio roubar tudo o que era material de construção. Alguém teria de ter a responsabilidade de tapar aqueles buracos, que ofereciam tanto perigo. Também era visível por cima da Quinta da Maranhota, onde havia buracos com mais de 5 metros de profundidade. Chamou os técnicos da CM para visitar e solucionar estas situações de perigosidade para a circulação de pessoas. Sobre a rotunda do Pingo Doce disse que a CM ia avançar com um projecto de recuperação paisagístico e de embelezamento, mas entretanto a empresa que iniciou a obra, tinha desaparecido, iria chamar a atenção do Sr. PCM para esta situação. Relativamente às obras na Rua Calouste Gulbenkian, GNR, os prazos iriam ser ultrapassados, com pouco pessoal a trabalhar, estava a chegar o inverno e iria causar algum transtorno. Disse ainda ter recebido por parte da CM o valor de 16.000€ para aquisição de um bem, não daria para uma varredora, mas com algum dinheiro da JF talvez fosse possível. Tinham optado pela aquisição de um trator e compraram-no logo com esse dinheiro e como já tinham trazido a esta AF iriam adquirir uma viatura de caixa aberta, a bascular por todos os lados, até por causa dos monos, pois mais tarde iriam colocar uma plataforma elevatória. Era a única Freguesia que ainda tinha a velha varredoura, que já tinha 25 anos, mas ainda fazia algum trabalho. Uma das apostas e do investimento que a CMVFX deveria fazer era oferecer uma nova varredoura, pois andava na volta dos 25 a 30.000€, com melhores condições. Quanto à limpeza das ruas na Freguesia, não concordava que estivessem assim tão sujas, como diziam, notava era que, com os atrasos que havia com a recolha de lixo, por parte dos SMAS, os contentores de lixo estavam completamente cheios e com o vento que fazia na Freguesia, este lixo era espalhado pelas ruas. Os SMAS tinham dificuldade, por vezes, devido a avaria dos carros e também por falta de pessoal, férias e baixas, dificultando a recolha deste lixo nas Freguesias. Quanto à limpeza e varrição não havia muitas queixas.

**Célia Duarte do CDS-PP** passou a ler a Moção com o título **“Por um serviço de urgência básica em Vialonga”**.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

**Bruno Cordeiro do PS** cumprimentou todos os presentes. Quanto à Moção apresentada, a proposta da bancada do PS ia no sentido de alterar a referência de “**por um serviço de urgência básica em Vialonga**” para “**Por um serviço de atendimento complementar**” porque as unidades de cuidados primários não continha por norma um serviço de urgência básica, tinham de estar dotados de equipamentos de além de diagnóstico, que nem os centros de saúde nem as USF tinham. Ser dotadas de um conjunto de especialidades médicas, que em caso de urgência teriam que intervir. O que as USF ou os centros de saúde tinham, era médicos especialistas em medicina geral e familiar. Informou que no concelho de VFX e o assunto foi acompanhado na CMVFX e pela AM, o ACES Estuário do Tejo, colocou a possibilidade de encerrar o serviço de atendimento complementar na Póvoa de Santa Iria, sendo que no Concelho de VFX, juntamente com os outros 4 municípios, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Benavente e Azambuja, além de VFX, todos eles tinham um serviço de atendimento complementar. Vila Franca de Xira, pela sua dimensão, tinha dois serviços de atendimento complementar, um a funcionar na USF de Alverca e o outro a funcionar no Centro de Saúde da Póvoa de Santa Iria. Nesse contexto foi proposto o encerramento do serviço de atendimento complementar do centro de saúde da Póvoa de Santa Iria. Por pressão da AM e das diversas bancadas, da CM essa decisão do ACES não tinha sido tomada e foi reconsiderada e actualmente existiam dois atendimentos complementares abertos no Concelho de VFX. Poderiam ponderar e estariam disponíveis para se o próprio ACES considerasse que isso era pertinente, haver mais um serviço de atendimento complementar no sul do concelho, poderia ser uma possibilidade, agora falar-se de um serviço de urgência que, pela natureza e bastava ver até na contratualização específica que estava feita com a ARSLVT, relativamente à construção de um novo centro de saúde de Vialonga. Era um contrato que já estava fechado, havia uma dotação orçamental específica, mas era para a criação de uma unidade de cuidados primários, cujas valências que eram aquelas habituais, numa unidade de saúde primária, onde um serviço de urgência não estava englobado. Para a sua bancada e estariam em condições de votar favoravelmente, se essa referência fosse alterada para “**Por um serviço de atendimento complementar**”.

**Isabel Pato da CDU** disse que compreendia algumas razões da proposta, em melhorar o serviço, no entanto havia várias situações que lhes ocorriam dizer nesta altura e que algumas delas já tinham ido referidas em AF, como a questão das novas instalações do Centro de Saúde. Nesta situação difícil que viviam em Vialonga, tinham valorizado muito o esforço dos profissionais que tinham superado imensas dificuldades e a necessidade de haver também um centro de saúde que correspondesse ao crescimento da Freguesia e que criasse melhores condições para os utentes e profissionais. A CDU defendia que um centro de saúde, sendo aquilo que estava mais perto dos utentes, e o fato de haver bons cuidados primários de saúde era fundamental, exigindo muito mais meios financeiros, humanos e de equipamento, para permitir alargar horários, horário esse, que já existiu em Vialonga, depois por falta de médicos, de recursos humanos, tinham perdido esta possibilidade. Era fundamental, as instalações serem em tamanho suficiente, para permitir estas novas valências. Sentiam da parte da população a necessidade de alargar a assistência e muitas vezes o Hospital da Flamengo era, nos anos em que funcionou, quase a situação que a eleita Célia Duarte do CDS-PP estava a propor na Moção, que apresentava. Era um apoio complementar e tinham-no perdido. Deviam juntar vontades para que aquele espaço que era valioso, pudesse vir a funcionar novamente no campo da saúde, era no fundo a vontade de muita gente em Vialonga. Das novas instalações, Ninho de Empresas, que falavam havia mais de 2 anos e sendo um edifício que já tinha mais de 20 anos, que não tinha sido construído de raiz para esta função, achavam que esta área não iria permitir alargar muito mais médicos, nem alargar muitas valências. Fazia lembrar o Hospital de Vila Franca de Xira, construído há tão pouco tempo e era tão pequeno. Quando tentavam poupar em dinheiro, reduzir as despesas daquilo que era essencial, corria mal e a

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

preocupação, quanto a si e da sua bancada, era ver se esta situação corria bem, daí que percebendo algumas das razões da proposta, achava que era tudo muito prematuro e não iam aprovar uma coisa que ainda não sabiam bem como era, era o que traziam em relação à proposta.

**Lina Batista do BE** cumprimentou todos os presentes, em primeiro lugar enviava o seu abraço à ABVV e aos Bombeiros de todo o país. Analisou a Moção e nomenclaturas à parte, disse que Vialonga estava com grande dificuldade a nível de assistência médica e em relação às duas intervenções já havidas e à Moção apresentada pela bancada do CDS-PP teria que retirar situações positivas. Sem dúvida alguma não tinham as instalações, mas se conseguissem, num prazo o mais breve possível, ter pelo menos o serviço complementar, já seria bem melhor do que aquilo que existia actualmente, portanto podiam contar com a sua aprovação.

**Célia Duarte do CDS-PP** disse ter ouvido atentamente as opiniões, relativamente à bancada da CDU disse concordar em parte, com o resto não, porque se não traçarem objectivos agora, não seria depois de estar implantado, que iriam andar a fazer aquilo a que chamava remendos. Contudo não tinha qualquer problema em alterar o título porque no fundo o que pretendiam era o que fosse melhor para a população, se assim permitissem, que fosse alterado então para “**Serviço de Atendimento Complementar**” desde que lhes trouxessem algo mais do que aquilo que existia.

**O Sr. PMAF** disse então concluir que iriam ter uma Moção com o título diferente, alterado para “**Por um Serviço de Atendimento Complementar em Vialonga**” e era esta a votação que iriam fazer, propondo que a bancada da CDU apresentasse a sua Moção sendo depois as duas Moções votadas no final.

**Paulo Basílio da CDU** passou a ler a Moção sobre “**Vialonga precisa de passeios pedonais com segurança**”.

**Pedro Fernandes do PS** apresentou os seus cumprimentos, agradeceu à bancada da CDU porque a Moção era sobre a situação que andava a defender havia 2 anos, principalmente a Rua Prof. Egas Moniz.

**Bruno Cordeiro do PS** disse que a sua bancada estava de acordo, porque havia aqui uma série de situações que eram reportadas, as quais a bancada do PS já tinha alertado o executivo da JF para a necessidade de intervenção, quer na construção de novos passeios, sabendo que não era da competência da JF, quer na manutenção de muitos passeios e aí sim, já estava no âmbito da competência da JF e algumas destas situações, que estavam aqui elencadas, integravam-se nestas duas dimensões. Alguns destes passeios não existiam e havia a necessidade de dar uma maior segurança e qualidade na circulação pedonal destas mesmas vias. Também existia situações em que as vias de circulação pedonal estavam em mau estado, à espera de manutenção e de requalificação, por parte da JFV. Iriam votar favoravelmente esta Moção, porque qualquer destas situações visadas, colocava em risco a circulação pedonal, na Freguesia, desejando que o trabalho conjunto do executivo da JFV e a CM trouxesse bons frutos para a execução destas obras necessárias para a Freguesia.

**Lina Batista do BE** disse ser um assunto recorrente em AF, preocupava-a a realização e a concretização das obras que estavam em falta na Freguesia. Estava a favor desta Moção.

**Celia Duarte do CDS-PP** disse que era com agrado que via a presente Moção, pois também estava preocupada com a circulação pedonal.

**Paulo Basílio da CDU** disse que complementando o que tinha sido dito pela bancada do PS, para os presentes no mandato anterior, este assunto tinha sido falado inúmeras vezes, a única coisa que estava aqui em falta, era que após 4 anos, continuavam a exigir o mesmo, era esta situação que era triste e podiam comparar com as atas do mandato anterior, em que tinha trazido este assunto à coacção, em várias propostas na construção de passeios.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

O Sr. PMAFV não havendo mais intervenções colocou à votação a 1ª Moção apresentada pela bancada do CDS-PP referente “**Por um Serviço de Atendimento Complementar em Vialonga**” tendo sido **aprovada por maioria com 6 abstenções da bancada da CDU e com 7 votos a favor da bancada do PS, C+, CDS-PP e BE**. Colocou à votação a 2ª Moção apresentada pela bancada da CDU “**Vialonga precisa de passeios pedonais com segurança**” tendo sido **aprovada por unanimidade**.

### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

O Sr. PMAF, registando-se a presença de público, questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado, que fizesse expressa menção se não quisesse que fosse feita a gravação de imagens.

Inscreveu-se o cidadão Sr. Ronaldo Agostinho que reiterou a autorização da gravação da sua imagem, cumprimentou todos os presentes. Deu os parabéns pela aprovação das 2 Moções, dado certas ruas de Vialonga, a Moção só tinha 20 anos de atraso. Questionava: 1º sobre a Rua João de Deus, que já falava do assunto desde 2017 e a vala que lá existia; 2º a quem tinha sido adjudicado as Festas de Vialonga de 2019 e o valor; 3º a que empresa tinha sido adjudicada a iniciativa sobre o Carnaval e qual tinha sido a empresa de som e o seu respectivo valor; 4º se a JF dava algum financiamento a não associações, 5º porque não tinha havido uma palavra de informação à população, por parte da JF, sobre os fogos que existiram na Freguesia e que coincidiram com os dias de Festa, qual o apoio prestado à ABVV, qual o plano de prevenção para evitar que acontecesse o mesmo no próximo ano; 6º existindo grupos online foi discutido o passeio na Rua Prof. Egas Moniz junto à drogaria das viúvas, alguns membros do executivo falaram sobre o assunto mas não responderam a nada, pretendia saber o que estava previsto para aquele passeio. Eram as questões apresentadas e pediu que, se o executivo pudesse evitar como resposta, que a responsabilidade era da CM, agradecia, pagava os seus impostos, trabalhava e era à JF que apresentava as queixas e pretendia respostas, até porque sabia que iria ter uma reunião de Câmara e se acontecesse o mesmo nas duas últimas sessões de AM em que não disse rigorosamente nada, achava que podia defender um bocadinho a FV e a sua população.

Inscreveu-se o cidadão João Francisco Pacheco que reiterou a autorização da gravação da sua imagem e disse que o problema do Centro de Saúde já tinha raízes muito grandes e não tinha sido ainda resolvido devido a falta de vontade política. Questionava o Sr. PJF para quando a transferência da USFV para as novas instalações. Para quando a solução do problema da rotunda da Granja, dado que o Sr. PCMVFX tinha dito que o problema de segurança das pessoas, ia ser resolvido. Para quando a rotunda de acesso ao Quartel dos BVV. De quem era a responsabilidade da limpeza das ribeiras, dado que a ribeira das Conchas foi limpa havia algum tempo, mas agora estava cheia de caniços e lixo e quando as chuvas voltavam inundavam tudo. Limpeza de uma vala sita na 1ª Rua à direita nos Mogos, que cheirava mal e precisava de ser limpa. Soube que tinham deitado lixo da empresa NOS na Mata do Paraíso, perguntou se não havia uma fiscalização sobre o depósito deste lixo. Falou ainda sobre o mau estado de conservação e de limpeza da estrada de Alpriate e da estrada da Presa, (Rua da Vinha).

O Sr. PJFV respondeu às questões do cidadão Sr. Ronaldo Agostinho dizendo que relativamente à vala na Rua João de Deus, já tinha tido a oportunidade logo no início de esclarecer a situação com a eleita Sra Célia Duarte do CDS-PP era que tinha tido uma reunião com o Sr. PCMVFX e o seu Vice-Presidente António Oliveira e o que lhe disseram era que esta vala iria ser reparada no âmbito da obra que estavam a fazer na Rua Calouste Gulbenkian (GNR) cujo empreiteiro depois de concluir esta zona iria passar também para a Rua João de Deus. Relativamente ao valor com as Festas de Vialonga a JFV adjudicou a organização das Festas à empresa BARRAL Audiovisuais, pelo valor de cerca de 16.500€, a iniciativa do Carnaval foi

### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019**

adjudicada à empresa MEGA-SOM e andou próximo dos 1.000€, informou que a JFV não dava apoio financeiro a instituições particulares, pois havia um regulamento próprio para a concessão de apoio financeiro a entidades que prossigam na Freguesia fins de interesse público, não subsidiavam a particulares por estar fora do previsto no Regulamento que prevê o subsídio mediante ainda a apresentação da situação fiscal e segurança social regularizada e possuir os documentos legais da sua constituição. Relativamente à ABVV disse ter recebido um agradecimento pelo apoio prestado com as refeições aquando do combate aos fogos no mesmo período, em que ocorreu as Festas de Vialonga. Relativamente aos passeios e dado que houve a apresentação da Moção e todas as bancadas se tinham pronunciado, estava respondido. Os terrenos frente ao estabelecimento da drogaria das viúvas disse ser um terreno particular em que a CMVFX manteve contactos no sentido de negociar o terreno para a construção das piscinas de Vialonga e não sabia qual o ponto da situação. As rotundas da Granja e junto ao Pingo Doce aguardavam a conclusão, quanto ao espaço junto aos bombeiros disse não estar projectada nenhuma rotunda. A limpeza das ribeiras disse ser um plano de limpezas elaborado anualmente pela CMVFX, sendo que cada ribeira só era limpa de 2 em 2 anos. A Estrada de Alpriate era uma situação que merecia algum cuidado, tendo chamado a atenção da CM para a colocação de um tapete novo. Como eleito tinha essa responsabilidade mas quando as Sessões aconteciam na FV, a intervenção do público era feita às 20 horas e podia participar apresentando queixas, pois parecia que era só ele a queixar-se sobre os males de Vialonga. Sobre a Rua dos Combatentes da Grande Guerra falou com o Sr. PCMVFX sobre a necessidade da construção de um passeio em todo o comprimento desta rua até à ARPIV, que achou bem e disse que iria incluir esta situação logo no projecto a ser feito para a nova urbanização, nos terrenos nas traseiras da ARPIV. Porque viria a demorar, o executivo da JF decidiu fazer, não sendo a solução ideal, pintar uma faixa a vermelho e colocar um boneco a sinalizar, no lado das habitações, uma pintura com um espaço de 1 metro, a proibir o estacionamento do lado oposto (lado direito). Sabia que iria criar alguma conflitualidade, mas face à circulação em insegurança neste percurso, de pessoas, moradores e acesso à ARPIV, fazia todo o sentido criar um passeio de segurança. Disse ainda ter adquirido uma máquina de pintar passadeiras e iriam fazer o ensaio da pintura nas passadeiras em Santa Eulália e depois nas zonas mais antigas da Freguesia, também junto às escolas. Agradecia a colaboração da GNR.

O Sr. **PMAF** referiu ter um tempo de 6 minutos dentro do PAOD, por conseguinte passou às seguintes intervenções.

**Pedro Fernandes do PS** lembrou que numa anterior AF já tinha referido que os sinais de trânsito continuavam com a pintura sumida e vandalizados. Questionava se havia ou não sinais para repor.

O Sr. **PJFV** respondeu que havia sinais em mau estado, tinha tirado algumas fotos e enviado à CM, para fornecimento dos respectivos sinais.

**Bruno Cordeiro do PS** disse que contrariamente aquilo que tinham dito no início das intervenções, disse não ser verdade sobre o pouco investimento por parte da CMVFX relativamente a Vialonga, pois bastava ver aquilo que tinha sido feito no investimento da modernização dos equipamentos escolares, que representou um investimento de milhões de euros, na escola EB23 e a Escola EB 1 Nº 2, entre outras escolas que foram intervencionadas, através de contratos de celebração em que a CM se tinha antecipado à AC, para executar esses investimentos assim como a aprovação da celebração da empreitada de adaptação do edifício do Ninho de Empresas para o novo Centro de Saúde, sendo um investimento superior a meio milhão de euros. Foram feitas intervenções significativas por parte dos SMAS na modernização de diversas vias e diversos equipamentos que necessitavam dessas mesmas intervenções. Questionava a bancada da CDU sobre o que tinha sido feito relativamente às AUGIS, durante o tempo em que

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

tinha tido funções executivas, porque o que conseguia elencar era que no tempo da CDU, a emissão de alvarás tinha sido zero, no tempo em que o PS tinha sido executivo, o nº de alvarás emitidos, tinha sido mais de 50. Para não falar de outros investimentos que tinham sido feitos ao nível dos equipamentos e das infraestruturas que eram necessárias nas AUGIS suportados pela CM.

**Paulo Basílio da CDU** disse que quanto à intervenção da CMVFX, executivo do PS, na FV, detetava, mais uma vez, a morosidade com que alguns assuntos eram resolvidos, nomeadamente e era recorrente, no anterior mandato, várias situações que aqui tinham sido focadas. A eleita Célia Duarte do CDS-PP tinha falado num conjunto de problemas que eram competência da CMVFX e continuavam por resolver, quer fosse na Fonte Santa, Quinta da Flamengo, Quinta das Índias para não falar das famosas piscinas, quer num conjunto de promessas que a CM tinha resolvido assumir eleitoralmente. O problema era a morosidade. Quanto a questão dos investimentos podiam falar muito sobre as verbas que eram aplicadas, não por gastarem um milhão de euros, eram obras de fachada, para tirar fotografias. Quanto ao problema da reconversão urbanística, disse que era melhor não falar com o eleito Bruno Cordeiro do PS, sobre esse problema aqui, pois desconhecia qual o seu conhecimento sobre a legislação e urbanismo e qual o conhecimento sobre reconversão urbanística. Já tinha sugerido ao Sr. PJFV a realização de um debate a sério. O papel da CDU, enquanto CM CDU, até 1997 foi quando a CM do PS tomou conta do Concelho de VFX, tinha um compromisso por iniciativa municipal em 2005, já tinha entregado a divisão de coisa comum de todas as áreas urbanas de génese ilegal. Desde 2005 até à actualidade (2019) podiam agradecer os proprietários ao PS, pelo arrastar das duas situações, iriam aguardar. Disse haver muita demagogia sobre o tema da reconversão urbanística na FV e no Concelho de VFX.

---

### ----- PONTO 1 – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 1 DE JUNHO A 31 DE AGOSTO DE 2019 -----

O Sr. PMAF passou de imediato a palavra ao Sr. PJFV para fazer a introdução do ponto.

O Sr. PJF disse que todos os eleitos tinham em seu poder os documentos e o ponto da situação. Era um período muito curto mas realçava a atuação da Orquestra de Vialonga no Parque da Flamengo, à qual a JFV se associava assumindo o compromisso da sua organização, as Festas de Vialonga, em Agosto, a Festa do Dia da Criança. Dizer ainda sobre a recolha de monos na Freguesia de Vialonga, a brigada de trabalho da JFV ficava a fazer mais duas horas de trabalho extraordinário, para efectuar a recolha dos monos, dia sim, dia não, pois era a mesma brigada que andava nas zonas verdes. Disse ser um fenómeno que aparecia em todas as Freguesias, pois nunca se viu tantos monos, a própria CM tinha o espaço da lixeira cheia até à estrada. Com a aproximação da época do Natal e como as pessoas iam receber e ainda bem, disse, o 13º mês, aproveitavam para fazer a troca de mobiliário e electrodomésticos. Iam encher as ruas de monos. A JFV, iria adquirir uma viatura para apoio a este trabalho, tarefa árdua e difícil. Tentou sensibilizar o Sr. PCM para atribuir uma verba maior que a que recebiam, na ordem dos 1.200€ para apoiar esta função. Mostrou fotografias ao Sr. PCM sobre a quantidade de monos acumulados na Freguesia e havia situações muito complicadas. Em relação às contas estavam equilibradas tinham algumas rubricas entre aquilo que receberam da CM e o que tinham gastado estavam um pouco acima da média, e para isso tinham que recorrer aos fundos que eram da JFV. Já tinha feito sentir ao Sr. PCMVFX que aquilo que a JFV deveria guardar para fazer investimentos e melhoramentos, não o conseguiam fazer porque aplicavam o dinheiro na descentralização de competências. Estava receptivo para o esclarecimento de dúvidas.

**Paulo Basílio da CDU** disse fazer uma observação quanto à situação financeira, registavam com bastante agrado o elevado grau de execução que se registava porque realmente a JFV tinha mais do que bem empregue o dinheiro que recebia, no bem estar dos Vialonguenses. A

## **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019**

preocupação que deixavam era a seguinte, tinham visto na análise que tinham feito que algumas rubricas nomeadamente a questão dos monos, estavam quase esgotadas e ainda não tinha acabado o ano. A descentralização financeira por parte da CMVFX para as JF era sempre escassa e esta situação era preocupante. A CMVFX deveria acreditar mais no trabalho e no desempenho das JF, não só de Vialonga mas de todas as Freguesias do Concelho. O valor de 7% da verba transferida para as JF, era irrisório. O dinheiro teria de ser utilizado com gestão e ponderação na aplicação e na criação de qualidade de vida e de condições dignas para todos os munícipes.

**Bruno Cordeiro do PS** disse não ter qualquer comentário de fundo a fazer, era a actividade normal e de execução daquilo que era o programa da própria CDU em Vialonga e era um documento que periodicamente tinha de ser apresentado à AF, sem merecer a votação. Disse que era saudável viver em municípios em que a gestão financeira que era feita, fosse do ponto de vista de uma JF ou CM, uma gestão rigorosa e saudável, porque isso é que permitia ter uma política fiscal municipal que fosse amiga do munícipe, dado que o Concelho de VFX quer do ponto de vista das taxas que eram pagas ou cobradas para os diversos serviços que eram prestados, eram das mais baixas, não só da AML mas até do País, garantindo uma qualidade de serviços que era reconhecido por entidades independentes. Achava que essa dicotomia era importante era a responsabilidade financeira e a qualidade do serviço que era prestado. Nem tudo era espectacular, e era isso que fazia com que, quer da parte de todos os partidos houvesse uma atitude vigilante e construtiva no sentido de fazer propostas. A questão da aplicação das verbas eram mesmo feitas, mesmo os saldos de gerência que transitavam não só na CM, na JF, essa situação era recorrente ao longo dos anos. Era feita uma ponderação por parte dos executivos sob a forma como eram efectivamente aplicadas. Relativamente ao papel das Freguesias, na transferência de verbas que era feita, lembrava que os acordos de execução e os contratos interadministrativos que foi reconhecido pelo Sr. PJFV, que tinham resultado da última negociação, tinham sido mais favoráveis, no caso de Vialonga, até porque ficou com menos competências, que aquilo que tinha nos anteriores acordos de execução e nos contratos interadministrativos. Tinha ficado com uma folga financeira um pouco maior. Por isso mesmo essa situação podiam aqui redefinir na descentralização de competências se as JF no futuro se não deveriam ter mais meios alocados mas isso também poderia sempre ponderar qual era o papel das JF na execução dos investimentos que eram necessários para as populações que serviam e se fruto dessa mesma descentralização de competências e era preciso referir que a bancada da CDU aqui votou contra, na ultima AF e a verdade, disse, era que tinha de caminhar por algum lado, tendo mais essas responsabilidades de certeza acreditavam que no futuro essas dotações financeiras acompanhariam essas novas responsabilidades e era isso que melhor serviria as populações.

---

### **----- PONTO DOIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS -----**

O Sr. PMAF passou de imediato a palavra ao Sr. PJFV para fazer a introdução do ponto.

O Sr. PJF disse que era o mesmo ponto que tinha levado à anterior AF e voltava porque a bancada do PS, através do seu eleito Bruno Cordeiro, tinha chamado a atenção de que o documento não estava bem apresentado, dado que a JF teria somado o total dos contratos feitos no valor de 60 mil e poucos euros e tinham apresentado um valor de 70.000€, pensando que era a soma de todas as rubricas e tal fato não estava correto. Numa forma de total transparência a JF tinha enviado também a lista de todos os contratos que tinham e quais as verbas elencadas a eles. Reflectiram e acharam que deveriam trazer uma proposta, que até era o valor mais baixo de todas as Freguesias no Concelho de VFX, mas chegava perfeitamente a estavam à vontade e a AF era soberana par consultar tudo aquilo que aqui era apresentado e os contratos que tinham eram os

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

que não conseguiam de modo algum, como a Fidelidade, a EDP, a MEO, Seguritas, prescindir. Estavam ao dispor para apresentar a proposta e fazer algum esclarecimento.

**Paulo Basílio da CDU** disse que era um pedido de esclarecimento e segundo entendiam e estava na lei o valor que aqui era pedido, 20.000€, regia-se acima, para ter margem de manobra do contrato maior que aqui existia, de 12 mil e poucos euros, ou seja, o contrato mais dispendioso, era essa a lógica.

**Bruno Cordeiro do PS** agradeceu ao Sr. PJFV por ter verificado de uma forma mais rigorosa e ter feito um esforço para tentar corrigir. Disse terem pedido uma autorização prévia genérica e não foi pedido só pela bancada do PS, mas todas as bancadas teriam oportunidade de se pronunciar, que era a informação ser detalhada e vir concretamente quais os valores para cada contrato e ser remetida com antecedência, assim como também acompanhada, com os respectivos contratos. Estavam a aprovar algo sobre contratos, que a AF não conhecia. Tinham chamado a atenção também que a lei dos compromissos já tinha entrado em vigor, a lei era de 2012, mas tinha entrado em vigor em 2013, precisamente já no novo período de mandato autárquico, sendo que esta situação, só agora era trazida à coacção, de uma forma mais concreta. Tinha havido um período em que e se calhar as coisas deveriam ter sido feitas de outra forma. Diziam o mesmo que tinham dito anteriormente, da parte da bancada do PS e de uma forma bastante coerente com outros fóruns, não estavam contra isto, a única questão era que aquilo que tinham pedido na última sessão da AF, foi que tivesse sido remetida a informação, mas que fosse acompanhada dos respectivos contratos, porque havia uma série de obrigações. O Sr. PJFV tinha dito que as bancadas poderiam ir à JF consultar, mas não era a mesma coisa. Estavam aqui a aprovar e isso tinha sido referido na última sessão, quer da parte da bancada do PS, quer pelas outras bancadas, porque era necessário conhecer essa documentação, estavam a aprovar um conjunto de compromissos. A AF não teve conhecimento prévio da documentação que lhes dava suporte, nomeadamente os contratos efectivos e isso era importante. Quando ia o ponto da discussão, iam os contratos em conjunto e tinha esse conhecimento. Pediu ao Sr. PJF que remetesse toda essa documentação, porque estavam a aprovar o elencar de todos esses compromissos e não conheciam em detalhe esses compromissos. Do ponto de vista da AF órgão fiscalizador da própria JF, não podia estar a aprovar uma série de compromissos, dos quais não tinham conhecimento prévio e esperava que para todos eles houvesse contratos. Era claro que havia, porque para todos os efeitos, se houvesse alguma entidade, um Tribunal de Contas ou uma Inspeção Geral de Finanças, que exercesse o seu poder de fiscalização, isso teria de ser remetido para essas entidades. Pediu ao Sr. PJF que remetesse toda essa documentação necessária que tinha sido pedida na última sessão de AF, não só pela bancada do PS, mas também pelas demais bancadas, para depois fazer uma avaliação correta deste ponto. Lamentava que este processo já se arrastasse havia tanto tempo.

O Sr. PJFV disse que era uma autorização prévia genérica, se fosse ver e na última reunião o que tinha sido dito, era o pedido dos valores, não havendo problema nenhum com os contratos. Disse que deveria ser a única JF do Concelho de VFX que apresentava os documentos com a maior clareza possível, pois nenhuma apresentava da mesma forma. O que estavam a aprovar e mesmo quando referiu, em relação à CM, tinha sido concedida uma autorização prévia genérica ao Sr. PCM no valor de 99.000€, por rubrica e se o Sr. PCM tivesse de levar à AM juntamente com aquela proposta dos 99.000€, todos os contratos que a CMVFX tinha, estava convencido, que se calhar, teria de trazer um camião de papel. Competia ao executivo fazer o contrato, o que pediam, era uma autorização prévia genérica. Estavam a pedir que além disso a JFV juntasse ao processo todos os contratos, aceitava mas dizia que tinha pena, que esse pedido, que tinha sido feito, por essa bancada não tenha sido igual em todas as freguesias, ou seja, que o PS onde tivesse maioria não fizesse essa clarificação como estavam aqui a exigir, porque estavam a ser os mais claros possível,

### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019**

iriam fotocopiar tudo porque a bancada achava que por exemplo o contrato de acidentes pessoal com a Companhia de Seguros Império com 12.000€ até era demais. Não era esta a função desta proposta, esta proposta era uma autorização prévia genérica para que a JFV elaborasse com as várias entidades um acordo e um contrato. Mas mesmo assim queriam que a JFV, que era a única, trouxesse fotocópia de tudo o que eram contratos. Iria aproveitar na próxima AM fazer esse mesmo pedido ao SR. PCM, pela transparência do seu voto.

A **Sra Joana Aruil 1ª SMAF** deu a palavra ao eleito Fábio Mousinho da C+, que disse não saber se de fato a CM fazia acompanhar a autorização prévia genérica acompanhada de cópias dos documentos referentes aos contratos, que iam à AM, mas ainda assim e voltava a reiterar não podia confirmar com toda a segurança e era passível de ser visto em todas as atas. Independentemente do que era feito num órgão municipal, o entendimento da bancada da C+ era que o papel da AF e o que decorria da lei, era o de fiscalizar e de acompanhar a actividade do executivo e proceder a algum escrutínio da actividade do executivo. Quando o Sr. PJFV referiu que era a Freguesia do Concelho que apresentava a informação do molde mais claro, nem sequer questionava sobre isso, achava era que o futuro passava por aquilo que o Sr. PJFV tinha dito e bem, por uma questão de transparência, dizendo que não ter qualquer problema em trazer a esta AF alguns dos contratos mencionados. Quanto a si, não era preciso trazer todos, pelo menos aqueles que já estavam em curso, importando clarificar que esta lei nascia porque e não era o caso de Vialonga, um conjunto de municípios e de freguesias, não pagavam as suas contas as suas dívidas a tempo e a horas. Precisamente para isso, quis o legislador no espírito da lei, que a AF fosse dotada de mais elementos, pudesse assumir este papel de escrutinador e fiscalizar aquela que era a actividade do executivo, na melhor forma possível. No que lhe dizia respeito, enquanto eleito da C+ não estava neste momento disponível para abdicar daquilo que era um direito que tinha, de solicitar todos os esclarecimentos possíveis ao executivo da JFV e enquanto todos estes esclarecimentos não tivessem sido dados, como já tinha sido mencionado aqui na última AF, para além dos valores, tinha sido mencionado a importância de vir acompanhado dos devidos contratos, deu como exemplo alguns protocolos que estavam a assinar nessa AF e que tinham solicitado que essa informação viesse a esta AF. Que esta informação ficasse clara, não era numa perspectiva de desconfiança nem de assumirem que existiam aqui pessoas que agiam de boa fé e havia outras que não, apenas e só, não estava claro, pelo menos para si, enquanto eleito desta AF, o que estava na base destes contratos. Deu um exemplo ilustrativo, em que o valor até nem era questionável, sobre uma proposta de consultadoria jurídica com o Sr. Advogado Joaquim Dionísio, com um valor ao ano de 7.500€, dizendo que não tinha condições de votar uma proposta que falava neste valor, que não sabia quantos dias trabalhava, qual o serviço que prestava, em que medida podiam dar continuação ou cessar este contrato, não tinha esta informação e não ia hoje votar em abstracto. Compreendia que em mandatos anteriores desta AF pudesse já ter vindo este contrato, acreditava que não houvesse mais nenhuma outra Freguesia do Concelho que o fizesse, agora, quanto a si, eleito nesta AF e usufruindo do direito de poder pedir esclarecimentos, pois não estava suficientemente esclarecido nem confortável com o tipo de esclarecimento que estava a ser dado nesta AF.

**Célia Duarte do CDS-PP** disse que pelo que já tinha sido dito pelas bancadas do PS e da C+, relativamente a este ponto, a sua bancada não abdicava do poder fiscalizador desta AF.

O **Sr. PJFV** disse que em relação aos esclarecimentos estavam entendidos, queriam que a JFV trouxesse para a próxima AF toda a documentação relativamente a cada estrutura, não havia qualquer problema. Esclareceu, em relação ao contrato com o Advogado Joaquim Dionísio, que além de todo o acompanhamento jurídico e assessoria jurídica todas as 4<sup>as</sup> feiras, o Advogado

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

atendia 4 munícipes, cujo o valor dividido por 12 meses, andava à volta de 400 e poucos euros por mês, pela prestação de serviços de assistência jurídica e fazer o atendimento à população.

**Fábio Mousinho Pinto da C+** agradeceu os esclarecimentos e disse que tinha ficado aqui versado o que era pretendido enquanto eleito nesta AF. Se nesta proposta tivesse mencionado que a pessoa que prestava consultadoria jurídica recebia um valor por mês para oferecer determinado serviço, sentir-se-ia confortável em votar porque percebia qual o serviço que prestava, mas o esclarecimento que tinha dado agora, não estava nem na documentação que tinha sido entregue antecipadamente, nem na documentação que tinham em seu poder. Era precisamente pela necessidade dos esclarecimentos adicionais e como representante e eleito da C+, não sendo para a sua bancada, aquilo que constava nesta autorização prévia genérica, por este motivo, não estava confortável para votar favoravelmente esta proposta. O Sr. PJFV naquilo que entendesse por conveniente e dentro daquilo que achasse que era no cumprimento da lei, faria chegar a informação que considerasse necessária. Ainda assim convinha deixar claro que compreendia e até estava na própria lei, que para facilitar a tomada de decisão do executivo, existiam autorização prévia genérica, compromissos plurianuais e estava confortável com este tipo de expediente e de instrumentos. Porque achava que não estavam cumpridas algumas práticas, nomeadamente no que dizia respeito ao rigor e à transparência, estavam a votar naquilo que tinha sido o seu sentido de voto e já tinha sido o mesmo na última AF. Permitia-se dizer que pela mesma razão, não iria votar favoravelmente esta proposta.

O Sr. PJF disse estar confuso pois não sabia se era os contratos que queriam ou era uma explicação escrita de cada rubrica, porque é que existiam, partindo de um suposto que toda a gente sabia o que era um contrato com a Fidelidade ou com a EDP e o que estes contratos elencavam, pois estava tudo especificado.

**Bruno Cordeiro do PS** disse solicitar mesmo os contratos, pois era a contratação específica que dizia quais as obrigações das partes, não sabia se tinha sido essa a interpretação mas a verdade era que só com os próprios contratos é que podiam saber quais eram as obrigações que cada parte tinha nessa relação contratual e era por isso que diziam também que não abdicavam desse princípio de que, perante esses elementos, estariam em condições em votar em contratos que conheciam. O que estava a ser feito era um mero reporte perante essa informação específica, os contratos para cada um destes compromissos que estava a ser aqui elencado havia um conhecimento efectivo da contratação actual, que já tinha sido celebrada, neste caso e que existia. Reiterava além dos valores que era também a documentação específica, que eram os contratos e só nesse momento estariam em condições de poder apreciar convenientemente esse ponto e proceder depois à votação. Relativamente às comparações que o Sr. PJFV tinha feito e sabedor como era, sabia muito bem que as realidades eram diferentes, as realidades do ponto de vista orçamental e do ponto de vista ao falar de uma autorização prévia genérica de uma CM não era a mesma coisa que a realidade de uma JF porque as atribuições eram diferentes e os orçamentos eram completamente diferentes. A lei estipulava uma igualdade para os dois órgãos. A natureza dos compromissos não eram os mesmos, portanto comparar não estava correto da parte do Sr. PJFV. Disse que a questão do escrutínio era saudável, tornava um órgão executivo melhor ainda na prática da sua ação, quer política quer do ponto de vista do tipo de trabalho que prestava para os Fregueses de Vialonga. Disse que o Sr. PJFV também conhecia muito bem que em outras Freguesias precisamente por uma questão de falta de elementos, que não foram entregues, estas situações nem sequer tinham sido aprovadas e nem sequer as JF tinham condições para ter uma autorização prévia genérica, até no Concelho de VFX. A bancada do PS não abdicava desse princípio e estavam certos que o executivo da JFV tomaria boa nota desta situação e que no próximo momento, não sendo preciso fotocopiar e falavam da responsabilidade ambiental, era suficiente

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2019 – ATA Nº 3/2019

digitalizar e remeter por endereço electrónico. O Sr. PJFV tinha todas as condições para tomar boa nota deste pedido e corresponder em conformidade.

O Sr. PJFV disse retirar a proposta e não deixou de dizer que era a única Freguesia do Concelho de VFX que não tinha esta autorização prévia genérica aprovada, com o valor mais baixo, informando que na JF da Castanheira tinha sido aprovada com todos os votos de todas as bancadas com o valor de 30.000€ e o que não tinha sido aprovado foi a integração do saldo. Portanto o que estavam aqui a falar tinha sido aprovado em todas as freguesias do Concelho. A JFV era única que estava a pedir um valor mais baixo de 20.000€ por cada rubrica. Não estava chocado com a decisão tomada mas ir á procura de um contrato com a EDP que tinha mais de 30 anos não era fácil. Passar da EDP para uma empresa privada, era uma opção da AF e estaria de acordo.

Não havendo mais inscrições o Sr. PMAF retirou o **segundo ponto da ordem do dia, (Autorização Prévia Genérica, prevista na lei dos compromissos).**

Nada mais havendo a tratar, o Sr. PMAF, Fábio Mousinho Pinto, disse que assim sendo não seria lavrada a ata em minuta, declarando encerrada a sessão.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente \_\_\_\_\_

A 1ª Secretária \_\_\_\_\_

O 2º Secretário \_\_\_\_\_